

## Programa de Governo 2021 -2024

### “Campinas de todas e de todos: democracia, direitos e liberdade”

#### 13 compromissos com a vida

Além da trágica dimensão da crise sanitária, com mais de 1.100 pessoas mortas e mais de 30.000 infectados em Campinas, a pandemia de covid-19 expôs de forma aguda diversas contradições que aprofundam ainda mais as desigualdades, sociais e econômicas em todas as sociedades.

Se no início da pandemia a contaminação parecia que atingia a todos indistintamente, os números passaram a demonstrar que as características de exposição ao vírus reproduzem as perversas condições sociais existentes, atingindo pessoas que necessitam de utilizar o precário serviço de transporte público, que moram nas periferias em habitações onde o isolamento social é impraticável, que dependem não cada vez menos, mas sim cada vez mais de políticas públicas e da presença do poder público.

Expôs a falácia do estado mínimo, que é apenas um estado para poucos e privilegiados. A pandemia se insere, ainda, no curso de profundas transformações globais, ambientais e climáticas, tecnológicas e até mesmo nas disputas por uma nova hegemonia mundial.

O acesso a um ambiente saudável tem novos significados. O acesso às novas tecnológicas no trabalho, na ciência, no cotidiano de nossas vidas mostrou uma nova fase da desigualdade social que, mesmo de dimensões imprecisas, dá também novos significados à necessidade de políticas públicas que promovam a igualdade digital.

No caso brasileiro, a pandemia está dando também novo significado à própria política, com cada vez mais os setores populares compreendendo que mentiras de um tempo recente buscaram simplesmente afastá-las de suas representações políticas e partidárias, facilitando ainda mais a concentração das riquezas por uma pequena elite reacionária que retira direitos sociais e trabalhistas e que progressivamente destrói a democracia.

Por ser uma cidade que, em razão de suas características, tem relevância global, Campinas não pode mais improvisar soluções e práticas ultrapassadas, que acentuam as desigualdades. Para superar os problemas complexos de uma metrópole do século XXI, deve fazer diferente e utilizar as mais avançadas e democráticas técnicas de planejamento.

A prefeitura e seus recursos devem estar à disposição de todos!

Há um grande reconhecimento nacional quanto à inteligência e todo o potencial para superar grandes desafios presentes nas universidades e nos centros de pesquisa da cidade, que, no entanto, só serão plenamente realizados com o fortalecimento da participação social.

Um exemplo da força da participação social são estes 13 Compromissos com a Vida, extraídos do Programa de Governo da coligação PT-PSOL, que contou com a contribuição de mais de 500 pessoas, com grande diversidade profissional, cultural, religiosa, étnica, de gênero e orientação sexual, o que demonstra que os complexos problemas da cidade exigem propostas ousadas para enfrentá-los, principalmente, a firme disposição política de enfrentá-los para melhorar a vida da maioria das pessoas!

É exatamente no sentido de impedir o aprofundamento das desigualdades e das desilusões que tomam conta do país e de nossa querida Campinas, onde vivemos, amamos, formamos amizades e criamos nossos filhos e filhas, que apresentamos estes 13 Compromissos com a Vida, estabelecendo novas formas democráticas na relação do povo com a Administração Municipal que, ao identificar e perceber tais desigualdades, oferece condições reais de superá-las, porque apenas na igualdade entre as pessoas se realiza plenamente a democracia.

### **I – Economia a serviço da vida**

Atividades econômicas são meios para garantir vida digna para todos e devem estar sempre subordinadas as demandas e aos fins coletivos. A gestão econômica solidária tem como meta promover partilhas coletivas e não acúmulos individuais e setoriais; uma cidade só é economicamente forte quando é para todos.

A situação da pobreza e do desemprego no Brasil- e particularmente em Campinas - é alarmante. O município tem a responsabilidade de agir para mudar esse quadro, seja estimulando a criação de empregos, inovação e investimento, seja por meio de atuações mais diretas capazes de mobilizar amplos segmentos produtivos da população da cidade.

Campinas contempla 46.883 micros e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional, além dos mais de 82 mil microempreendedores individuais. Os MEI são caracterizados por trabalhadores de baixa e média renda, concentrados em comércio e serviço, muito dependentes da dinâmica própria de atividade econômica da cidade.

Moeda Social: para fazer Campinas uma cidade melhor e mais justa. As moedas sociais, já experimentadas em diversos municípios ao redor do mundo e no Brasil, constituem um instrumento criativo e eficaz para potencializar as políticas públicas municipais e induzir o desenvolvimento local, dinamizando a atividade econômica, especialmente os pequenos negócios, gerando oportunidades de trabalho e de renda.

A ideia é tão simples quanto inovadora: uma parte do orçamento municipal, em reais, veste uma camisa com um nome específico (em Campinas será escolhido pela população). A moeda social só poderá circular dentro dos limites da cidade. Desta maneira, a cada vez que a prefeitura gastar um desses reais vestido de moeda social estará não só ajudando esses segmentos específicos, como incentivará que esse dinheiro permaneça circulando entre diferentes setores da economia campineira, alimentando um efeito multiplicador que impulsiona a economia, o trabalho e a renda.

Moeda Social: para fazer Campinas uma cidade melhor e mais justa é necessária a criação dessa moeda junto com o Banco Popular de Campinas e do Programa Municipal de Renda Básica. Iniciativas como a adoção de uma Poupança Cidadã e Bolsa Trabalho alimentarão a economia local, podendo potencializar pequenos negócios. Estímulos como a tributação verde e linhas específicas de crédito e programas de apoio institucional ou financeiro potencializam os pequenos negócios que sejam também ambientalmente responsáveis.

O uso adequado do poder econômico das compras públicas, da oferta de crédito aos pequenos negócios, o estímulo à economia e às trocas criativas quando associados a um estruturado programa municipal de investimentos e geração de trabalho e renda, contribuem decisivamente para um ciclo de reativação econômica que Campinas tanto precisa e merece.

O programa de investimentos será, ao mesmo tempo, articulado, incisivo e amplo. Articulado, por dialogar transversalmente com as áreas que buscam solucionar os problemas de Campinas, bem como por ser coerente com uma visão de uma cidade mais justa. Incisivo por se estruturar em torno de um eixo central – compromisso com a vida e a sustentabilidade ambiental – capaz de se comunicar bem com a sociedade, transmitindo com clareza os objetivos a serem alcançados. Amplo por contemplar, a partir desse eixo, uma variedade de problemas acumulados pela cidade, tornando-se uma ferramenta de transformação da realidade social do município ao longo dos próximos 4 anos.

A economia solidária e geração de trabalho e renda são, assim, elementos essenciais nesse conjunto de medidas, o que implicará a coordenação dos espaços e das estruturas públicas de fomento para estimular a criação da Rede de Economia Solidária - #EcoSol - e a formação de cooperativas de todos os campos de produção de bens materiais e imateriais, visando geração de renda, comércio solidário, ações solidárias e mutirões, promovendo a autonomia econômica de grupos, comunidades e territórios.

## **II – Saúde Humanizada**

Saúde humanizada é resultado de políticas públicas que garantam investimentos para capacitação e qualidade de trabalho para os profissionais na área, atualização dos equipamentos de saúde e atenção continuada à população, em todas as etapas da vida.

Apesar do crescimento da cidade e do envelhecimento da população, a Saúde de Campinas tem, hoje, 13% menos funcionários do que tinha em 2016. Isso explica, em grande medida, a demora no atendimento e as filas nas unidades da rede. Não podemos admitir que em uma cidade do porte de Campinas ainda existam centros de saúde marcando consultas uma vez por mês e que tenha filas de seis horas ou mais nos prontos-socorros. Outro dado alarmante é que a cobertura na Saúde da Família, um programa essencial na atenção básica, está atualmente abaixo de 40%.

Temos dois momentos: no primeiro, temos que tratar os resquícios da pandemia que devem nos afetar por mais tempo e, paralelo a isso, reorganizar a rede pública. De imediato, ainda considerando os reflexos da pandemia, precisamos fazer contratações emergenciais para completar as equipes e criar forças tarefas, incluindo a assistência social, para atuar principalmente junto àquelas 140 mil pessoas que vivem em favelas, ocupações e outras regiões muito vulneráveis.

Junto com as universidades e os serviços já contratados pela Secretaria, vamos iniciar mutirões de cirurgias eletivas, diagnósticos do câncer e retomar as consultas de pacientes com doenças crônicas que tiveram seus quadros agravados durante a pandemia. Também é preciso rever, junto com os trabalhadores da Saúde, o acolhimento da demanda espontânea nas unidades e investir ainda mais no tele atendimento e em orientações e agendamentos por meios eletrônicos, reduzindo as filas para marcação de consultas e o tempo nas salas de espera.

Pelo fato da saúde ter dois comandos, fica dificultada a implantação de políticas públicas essenciais. É preciso reunificar a rede básica com a urgência e emergência e ampliar o programa de Saúde da Família e outros serviços que não estão adequados à demanda.

Paralelo a isso e de forma programada, temos que realizar os concursos públicos necessários para a recomposição das equipes, ampliando a cobertura dos Centros de Saúde, serviços de urgência, especialidades e garantindo saúde próxima de onde as pessoas moram. O município também precisa retomar importantes políticas públicas que têm sido abandonadas ao longo dos anos, como o programa do centro DST AIDS e aquelas voltadas para populações marginalizadas e invisíveis: os negros, LGBTQIA+, idosos, entre outros.

Campinas conta com uma rede de saúde muito rica, formada por profissionais de ponta, que têm deixado a cidade por melhores salários e condições de trabalho. Por isso, é urgente que seja retomada a capacitação dos profissionais, com garantia de progressão na carreira e melhorando, além dos salários, as condições de trabalho. Esses profissionais merecem ter uma carreira que os valorize e que os mantenha na cidade.

### **III – Rumo à Tarifa Zero**

Transporte de qualidade, seguro, abrangente e com tarifa zero é uma meta a ser conquistada para que, junto com uma mobilidade urbana saudável e integrada, o direito à cidade seja plenamente realizado.

O Programa “Rumo à Tarifa Zero” será atingido pela gestão pública do transporte coletivo, com participação popular e controle social, com a implantação do bilhete único mensal sem limites, com o congelamento das tarifas e implantação sucessiva e paulatina da diminuição da tarifa e com a progressão das gratuidades seletivas até que a meta de isenção da tarifa seja possível.

Ademais será necessário fortalecer a EMDEC como empresa pública e modernizá-la. A necessária licitação de concessão do transporte público municipal, que há anos não é realizada, será feita garantindo a substituição progressiva da matriz energética da frota municipal e será adotada uma Rede Cicloviária com integração com transporte público e com o estímulo às diversas modalidades de mobilidade ativa.

São prioridades concluir os corredores de ônibus – Campo Grande e Ouro Verde – e criar ligações perimetrais circulares que possibilitem o transporte interbairros, além da promoção de uma mobilidade segura, com a reordenação do sistema de distribuição de carga urbana. A ampliação da acessibilidade urbana, garantirá o pleno direito de ir e vir das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;

### **IV – Praças de Integração e Articulação de Serviços**

Serão implantadas cinco Praças de Integração e Articulação de Serviços nas diversas regiões da cidade, em localização a ser estudada e debatida com a população, contendo em cada unidade vários espaços públicos integrados de realização de direitos nas áreas da educação infantil, assistência social, segurança alimentar, saúde, cultura e acesso ao conhecimento, esportes, lazer, direitos humanos, economia solidária, além de uma porta aberta regional para que a população possa ter acesso aos serviços e políticas públicas na região em que mora.

O território municipal não é meramente um conjunto de lotes e glebas transformado em mercadoria. O território municipal é o lugar onde a vida acontece, onde os ecossistemas naturais se desenvolvem e onde as pessoas constroem suas vidas, estabelecendo relações de pertencimento - as territorialidades.

É necessário edificar a cidade com mais centralidades, para que as pessoas vivam em regiões autossuficientes, que permitam ampliar a mobilidade ativa além do reconhecimento dos patrimônios natural e cultural, materiais e imateriais, que valorizam a diversidade cultural e as múltiplas identida-

des dos grupos sociais em seus próprios territórios. Assim, pode-se potencializar a economia solidária criativa relacionada ao patrimônio e a cultura.

O desenvolvimento de políticas públicas transversais promove a convivência entre pessoas, ampliando a interlocução do poder público com os cidadãos e cidadãs em espaços locais comunitários. O processo participativo viabiliza o espaço democrático e publicamente visível de manifestação de posições e propostas existentes pelo município, em suas várias comunidades e seus diversos espaços de organização e de representação democrática.

### **V – Transição ecológica**

A Transição Ecológica é um eixo estruturante do modo de governar, entendido como um processo estratégico voltado para uma economia justa, que promova o respeito a todas as formas de vida e para a garantia da vida humana com qualidade, integrando políticas públicas que prezam pela soberania e proteção dos bens naturais. É base para a promoção de transformações na sociedade, com vistas à distribuição de renda, à justiça social, ao exercício da liberdade, à democracia, à soberania e a um mundo multipolar.

Assim, é preciso: construir a Agenda Ambiental Municipal em consonância com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável [ODS]; municipalizar o controle e a fiscalização dos serviços de manejo e tratamento de resíduos e instituir o plano municipal de gestão integrada e compartilhada de resíduos sólidos com coleta seletiva solidária e inclusiva de acordo com as políticas nacional e estadual do setor, implantando usinas de reciclagem de resíduos eletroeletrônicos, de construção civil, óleos e orgânicos articulados com o programa de coleta seletiva solidária e inclusiva.

Serão criadas políticas de incentivo ao corredor ecológico entre as APAs Municipais e a Mata Santa Genebra, preservando áreas vegetadas e de uso rural nas divisas do município, de forma a evitar a conurbação onde ela ainda não ocorreu e identificar áreas de interesse ambiental para criação de novas unidades de conservação municipais. Promoveremos, nas áreas de proteção ambiental (APA) de Campinas, a produção orgânica de alimentos agroecológicos e sistemas agroflorestais com direito ao PSA (pagamento de serviços ambientais) e à certificação participativa da produção orgânica, agregando valor aos produtos.

### **VI – Água a preço justo**

Campinas tem as tarifas de saneamento mais altas do Estado, transformadas, na prática, em tributos indiretos que engordam os cofres municipais e penalizam especialmente a classe trabalhadora e os pequenos negócios da cidade. Água a preço socialmente justo é um direito de todos e uma obrigação da gestão pública. Água não é mercadoria, seu acesso pleno é um compromisso com a vida.

Fortaleceremos a SANASA como empresa pública para ampliar ações que visem à sustentabilidade socioambiental do saneamento. As tarifas serão reduzidas com aplicação diferenciada e com o estabelecimento de descontos progressivos, além da tarifa social, garantindo o equilíbrio econômico e financeiro da empresa.

A segurança hídrica e garantia de abastecimento exigirão: suspender qualquer ação relacionada à viabilização da construção de barragem em Sousas ou em qualquer região da APA; propor, junto ao Comitê PCJ, estudos de viabilidade para conversão da represa de Americana em reservatório regional visando à segurança hídrica de toda a região; aumentar a segurança hídrica a partir de novas tecnologias, com a ampliação da oferta de água de reuso para fins industriais, na utilização sustentável das águas subterrâneas e na redução de perdas, principalmente a partir da substituição das antigas redes de distribuição; e estimular a produção de água por meio de programas de recuperação de nascentes, de matas ciliares e políticas de pagamento por serviços ambientais.

## **VII – Campinas sem fome**

As consequências da pandemia do Covid-19 aumentaram significativamente a pobreza e a fome e o poder público devem ter como prioridade a garantia de acesso ao alimento saudável para todas e todos, valendo-se para isso do fomento à produção sustentável de alimentos em toda a sua área rural. Campinas tem como colher esse sonho!

Promoveremos condições e infraestruturas adequadas à permanência de agricultores e moradores (com ênfase à população jovem) no meio rural, garantindo uma rede integrada de abastecimento alimentar, fortalecendo a CEASA, o mercado público e os equipamentos de segurança alimentar nos territórios, apoiando a organização e iniciativas de coletivos e circuitos de consumo locais. A estratégia será o desenvolvimento de novas tecnologias sociais, entre elas os circuitos curtos de comercialização, ações articuladas que permitem implementar o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da cidade, na forma definida na Conferência Municipal de SAN.

A gestão do Programa Municipal de Alimentação Escolar deverá ficar a cargo da Prefeitura Municipal por meio de uma Comissão Gestora do Programa Municipal de Alimentação Escolar, cabendo seu gerenciamento à Secretaria Municipal de Educação e à CEASA/Campinas a operacionalização do Programa, garantindo uma alimentação nutricionalmente adequada e de qualidade. Vamos utilizar o poder de compra municipal para promover a articulação entre a empregabilidade, a produção de renda, a agroecologia e a comercialização de orgânicos, potencializando as cooperativas e as comunidades rurais.

### **VIII – Moradia digna é um direito**

As condições precárias de habitação determinam, em grande medida, o futuro de seus habitantes. Nas políticas de gestão urbana, o poder público deve ter como prioridade a viabilização permanente do direito à moradia digna. A casa é abrigo da vida, com dignidade e segurança.

Para tanto devemos promover a estruturação de um banco de terras para habitação de interesse social, ampliar a oferta de novas unidades habitacionais, garantir que áreas públicas e áreas privadas que não estejam cumprindo sua função social sejam usadas para produzir moradias para famílias de baixa renda.

Será definida ampla política de regularização fundiária de interesse social, utilizando os recursos oriundos das contrapartidas e compensações da regularização fundiária de interesse específico para viabilizar a regularização de assentamentos populares e de interesse social, além do Programa de Assistência Técnica Habitacional para o atendimento de famílias de baixa renda cujos domicílios necessitam de melhorias habitacionais.

### **IX – Proteção da vida e da dignidade humana**

A Administração Pública deve garantir que a vida em sociedade seja segura, solidária e democrática, promovendo tanto ações na qualificação do sistema e dos agentes de segurança para a garantia dos direitos humanos, quanto na cultura do respeito às diversidades e da defesa da vida.

Proteger a vida, especialmente das mulheres e dos jovens da periferia, e combater a violência por meio da iluminação e zeladoria dos espaços públicos; de atividades recreativas em escolas; do fim das abordagens abusivas contra a juventude das periferias e da qualificação das forças de segurança no combate ao racismo, à homofobia e ao feminicídio, identificando os fatores indutores de violência.

Revisão e reformulação dos cursos de formação e aperfeiçoamento do quadro da segurança municipal; estruturação do serviço de inteligência e criação dos observatórios municipais de direitos humanos e das violências, dos centros de atendimento às mulheres vítimas de violência, das redes de combate às violências, propiciar as condições estruturais para o centro de referência de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e implantar política municipal da pessoa com deficiência.

### **X – Campinas – Cidade Educadora**

Educação é um direito social inalienável, sendo o instrumento fundamental tanto para formação plena do cidadão como para o exercício de sua liberdade. A educação tem o papel de construir o respeito à diversidade, às especificidades e às diferenças, assim como o de buscar os ideais de igualdade e cidadania plena, independente de idade, raça, etnia, sexo, orientação sexual e origem social, reafirmando a laicidade do Estado.



O fortalecimento da gestão democrática ampla e plural, como princípio do Estado de Direito, permite reconhecer as múltiplas diferenças, valorizando as diferentes vozes, experiências, estéticas, necessidades e propostas, bem como suas múltiplas dimensões culturais, religiosas, étnico-raciais, de gênero, LGBTQIA+, de pessoas com deficiência, entre outras.

Há uma demanda importante e crescente a atender. Na educação infantil, como o atendimento da creche não é obrigatório, considera-se a lista de demanda não atendida, que em 2020 está em aproximadamente 5.500 crianças. Os dados indicam que além do investimento para atender a demanda de creche e pré-escola haverá, também, que planejar para o aumento da população público-alvo do ensino fundamental, principalmente dos anos iniciais.

No debate sobre a educação integral há que considerar a intersetorialidade, sendo fundamental conhecer, valorizar e fortalecer diferentes propostas educacionais, culturais e esportivas existentes, para além das escolas, nos territórios.

A nova realidade imporá especial atenção à garantia do acesso à educação pública municipal: na educação infantil, considerando a criação de vagas públicas, com gestão pública e em período integral, visando ao atendimento da demanda medida e reprimida, observada a localização territorial da demanda; no ensino fundamental, principalmente nos anos iniciais, será necessário planejar a ampliação de vagas na rede municipal, visando ao atendimento da demanda crescente e o aumento da procura da escola pública; na educação integral o planejamento das ações deverá considerar a sua ampliação paulatina visando às metas do plano municipal de educação.

Na Educação de Jovens e Adultos há uma baixa procura, mas uma demanda oculta estimada em mais de 200 mil munícipes, o que implica políticas de busca ativa e oferta pela FUMEC e outras unidades formadoras de, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, constituindo um sistema público de educação para os trabalhadores, por meio das redes públicas federais, estaduais e municipais e, no Ensino Técnico e Profissional. O CEPROCAMP tem o desafio de reconstituir sua pujança e ampliar a oferta de vagas para esta importante área de formação.

Isso exige: a adequação física da rede para recebimento da demanda; a incorporação gradativa das unidades públicas de educação infantil com gestão privada para a rede pública municipal, seguindo um planejamento estruturado que garanta os direitos dos alunos e a qualidade do atendimento quando da retomada dos equipamentos públicos; a admissão dos profissionais necessários à reposição da força de trabalho e ao atendimento da ampliação prevista; e a Implantação do CAQ (custo aluno qualidade)

Educação para a diversidade – antirracista e feminista – e a transição ecológica e o uso de tecnologias assistivas completam este compromisso com a construção da cidade educadora.

## **XI – Universalização do acesso à internet**

As transformações em curso, em todos os aspectos da sociedade, colocam em patamar de direito inalienável o acesso pleno ao mundo digital. Uma gestão pública comprometida com os desafios do século XXI garante a cidadania digital para toda a população, em todos os territórios da cidade.

Vamos ressignificar o papel da IMA como empresa pública devendo assumir as atividades da tecnologia da informação e de promoção da tecnociência com as seguintes medidas: universalizar o acesso à internet de qualidade no território municipal, urbano e rural; criar fábrica de aplicativos (parceria entre a IMA e universidades) e desenvolver plataforma e aplicativo comunitários de entrega (“iCamp”), que humanize o trabalho dos entregadores por aplicativo e outros prestadores de serviço; levar Banda Larga de modo acessível a todas as pessoas.

Implementar o Centro Público de Tecnologia Social que agregará iniciativas no campo da Tecnologia Social, como as de capacitação e de desenvolvimento de tecnologia, que atendam às necessidades dos empreendimentos solidários, possibilitando o aproveitamento do potencial de indução da Economia Solidária - #EcoSol - além de apoiar as iniciativas de incubadoras e aceleradoras tecnológicas de empreendimentos solidários e implementar programas de apoio à Tecnologia Assistiva.

## **XII – Cultura que encanta e transforma**

A Cultura deve ser uma prioridade de governo pela sua importância social, política e econômica. A gestão cultural deve ser pautada pela pluralidade, democracia, diversidade, solidariedade, pensamento crítico e contra a censura.

Políticas culturais são estratégicas para ensejar um ambiente de pluralidade ideológica, liberdade de expressão, igualdade de gênero, orientação sexual, raça e manifestação religiosa. Nossas políticas culturais devem ser uma afirmação das aspirações libertárias e progressistas dos movimentos sociais populares da cidade. É preciso refletir criticamente o patrimônio cultural material e imaterial, conciliando a nossa memória com a reflexão crítica sobre nosso passado, em uma perspectiva de futuro com justiça social, repensando o lugar, no imaginário social, de nossos monumentos de ode à escravidão que naturalizam o racismo estrutural.

Campinas é composta por uma ampla diversidade cultural, cabendo à administração pública do município reconhecer que a presença da cultura está em cada aspecto da vida e determina as relações entre todas e todos aqueles que vivem em nossa cidade. Deve ser prioridade da gestão pública promover políticas que preservem e valorizem em especial as culturas de matrizes africanas e indígenas, afirmando nosso compromisso em dar visibilidade para todas as contribuições que formaram o povo brasileiro, em especial aquelas que foram historicamente negadas pelo racismo e pelo eurocentrismo.

A política cultural deve ser o resultado de intensos debates com sujeitos sociais organizados em coletivos, movimentos e associações. Portanto, a cultura extrapola sua atuação, enquanto manifestação e expressão, para se inserir como potencializadora por uma nova cultura política que visa transformar os modos de produzir os espaços da cidade.

### **XIII – Gestão Democrática e participação popular**

Uma gestão democrática está intrinsicamente apoiada na participação popular, que deve ser estimulada, reconhecida e respeitada. O acesso amplo e transparente a todas as informações, o respeito ao cidadão e à cidadã, o trabalho de qualidade, a valorização da servidora e do servidor, a eficiente integração da gestão nas ações de governo são condições para que a administração municipal cumpra o seu papel na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Vamos implantar o Governo Aberto, uma plataforma tecnológica e modo de gestão que se baseia nos seguintes princípios: acesso à informação; participação popular cidadã; responsabilidade pública; novas tecnologias e inovação; e planejamento com base na participação direta da população, utilizando ferramentas de e-democracia.

Implantaremos o conceito de uma cidade humana, solidária, sustentável e inteligente, que aumentará a acessibilidade para pessoas com deficiência aos ambientes virtuais (sites) de governo, às tecnologias assistivas e aos equipamentos públicos, com atendimento em Libras.

Adotaremos a gestão pública ambientalmente responsável, com ações de adequação sócio-técnica-ambiental nas estruturas da Prefeitura, com redução de consumo de água, energia, combustíveis, materiais recicláveis e com incentivos para fontes alternativas e sustentáveis para seu suprimento.

A força de trabalho municipal, diminuída em mais de 2.000 pessoas, será recomposta pela admissão dos profissionais necessários à realização das políticas públicas. Promoveremos a realização de diagnóstico do quadro de pessoal e a retomada do debate participativo acerca da revisão das carreiras das servidoras e dos servidores públicos municipais. O sistema de formação e capacitação continuada será requalificado para incluir e articular as unidades temáticas de formação existentes.

Adotaremos programas de segurança, saúde e condições de trabalho do servidor. O CAMPREV – instituto de previdência do Município – será fortalecido com gestão eficaz, visando à garantia da proteção previdenciária de servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Promoveremos a retomada do processo amplo de protagonismos da participação popular e do controle social. O Congresso Popular de Campinas será instalado já no primeiro ano de governo e o Orçamento Participativo – OP será retomado. Este Congresso, além de aprovar o Plano Plurianual Participativo (PPAP) do Governo, orientará as ações da Prefeitura pelos próximos anos.